

O QUE ELAS E ELES SABEM SOBRE GÊNERO? DEBATES NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

Anselmo Lima de Oliveira; Alfrancio Ferreira Dias

Resumo: Este trabalho resulta da pesquisa desenvolvida com discentes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Os principais objetivos foram analisar as representações, bem como entender como se processam os debates sobre Gênero. Neste trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas. Para analisar os dados da pesquisa foi empregada a análise de discurso na perspectiva pós-estruturalista (foucaultiana). Ficou evidenciado que o tema Gênero não é debatido abertamente no Colégio e encontra-se subordinado aos discursos biológico, religioso, pedagógico, científico, moralista. Infere-se a existência tanto de submissão quanto de subversão à heteronormatividade presente no Colégio.

Palavras-chave: Gênero, Discurso, Educação.

À BEIRA DO COLÉGIO

Conversar sobre Gênero nas escolas não é tarefa fácil, afinal fomos vigiados e punidos por diversas instituições sociais, ao longo da história. Então, as marcas do passado aterrador nos toma a todo instante. Poderosos impérios econômicos se ergueram - e continuam se erguendo - a partir das questões de Gênero: cinema, televisão, revistas e jornais, internet etc. Por outro lado, na escola, a temática Gênero esteve e está sob diversas tutelas: o estado, a família, a igreja, a justiça etc. Caminhamos lentamente, tentando discernir o que Gênero representa para alunas e alunos. Então, resolvemos dar uma espiada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) a fim de conversar com discentes a respeito do tema em relevo.

A partir de recortes feitos à dissertação de mestrado, defendida no ano de 2016, abordaremos, aqui, apenas as falas das alunas e alunos, uma vez que o foco encontra-se nelas e neles. Deixaremos para outro instante as falas das professoras e professores. Afinal, o mais importante foi, naquele instante, deixá-las/os falar e falar. Nada de interferências e, muito menos, interposições teóricas a respeito do tema. Essa estratégia tinha objetivo: colocar alunas e alunos em posição confortável, dentro de um ambiente confiável. Talvez, dessa forma fosse possível extrair o máximo de informações a respeito de Gênero.

Antes de apresentarmos e analisarmos as falas é necessário situar o campo de pesquisa: o CODAP/UFS foi criado em 30 de junho de 1959. Atualmente está localizado à Avenida Marechal Rondon, S/N, no município de São Cristóvão, Sergipe, Brasil. É uma

escola de ensino básico (do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio), onde um dos objetivos, segundo o Plano Político Pedagógico, é servir de campo de observação, pesquisa, experimentação, demonstração, desenvolvimento e aplicação de métodos e técnicas de ensino. Na atualidade, o Colégio possui 41 docentes, 455 discentes e 18 técnicos administrativos. Desde 2010, a forma de ingresso é feita por meio de sorteio público.

O porquê do CODAP/UFS é, certamente, explicável: primeiro, no fato de ser uma escola pública e, como tal, possuir responsabilidade e compromisso públicos; segundo, esse Colégio, devido à representação histórica, é considerado referência à educação básica de Sergipe. Ainda, o Colégio é parte da Universidade Federal de Sergipe, bem como descreve em seu Projeto Político-Pedagógico (P.P.P.), cujo objetivo é servir de campo de aplicação de pedagogias.

CAMINHEMOS

O percurso metodológico desta pesquisa parte “do pressuposto de que teoria e método são indissociáveis e de que nossas opções metodológicas precisam fazer sentido dentro do referencial teórico no qual as inscrevemos” (MEYER, 2012, p. 48). Portanto, este estudo caminha diante de problematizações relacionadas às sexualidades a partir do ambiente escolar, especificamente no CODAP/UFS. A fim de alcançarmos os objetivos, trazemos como forma de abordagem a pesquisa qualitativa. Afinal, “uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados” (DUARTE, 2002, p. 140). Afinal,

A vida de uma pesquisa é algo intrigante. Sujeita à sorte, ao tempo, aos lugares, à hora, ao perigo. O improviso vem sempre turbilhoná-la. Pesquisar talvez seja mesmo ir por dentro da chuva, pelo meio de um oceano, sem guarda-chuva, sem barco. (OLIVEIRA, 2012, p. 279).

Como dito, situada na abordagem qualitativa, esta pesquisa teve como propósito ouvir, tentar compreender, observar alunos e alunas do CODAP/UFS. Diante disso, é imprescindível ressaltar que estamos ante uma abordagem “pós-estruturalista que se utiliza das concepções de poder e discurso de Foucault, bem como do pensamento que se centra nas questões da linguagem” (CARDOSO, 2012, p. 44).

Nessa perspectiva, consideramos relevante destacar que o CODAP/UFS promove, amiúde, reproduções de comportamentos escusos, distinguindo meninos de meninas,

perpetuando, assim, desigualdades entre o alunado. Todavia, o Colégio também se inscreve como lugar de desconstrução, uma vez que as reproduções sociais são questionadas a todo instante nesse ambiente escolar.

Para tanto, o projeto de pesquisa foi encaminhado à Direção, vice Direção e Setor Técnico Pedagógico (SETEPE), cabendo a esses setores torná-lo disponível aos/às docentes, técnicos administrativos do CODAP/UFS, bem como à comunidade em geral. Entendemos que essa atitude foi relevante para que tanto a equipe pedagógica quanto a Direção tomassem conhecimento da temática. Desse modo, foram feitos os primeiros contatos com alunas e alunos, onde, em seguida, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) àqueles/as que se dispuseram participar das entrevistas. Todas as condições descritas no documento citado foram informadas aos/às participantes da pesquisa, porém foi solicitado aos discentes menores de idade que encaminhassem o documento aos pais, às mães e/ou responsáveis a fim de que tomassem conhecimento de todas as implicações expostas no documento. Ainda, o TCLE, após submissão, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS)¹.

Utilizamos como técnicas de pesquisa a entrevista semiestruturada, a análise do PPP e do Regimento Interno do CODAP/UFS, demonstrando, assim, a relevância desses recursos. Essas técnicas por si só não podem explicar um fenômeno social, mas possibilitam a compreensão do contexto sociocultural estudado, bem como permitem observar como circulam as falas de alunas e alunos a respeito das questões sobre sexualidades. Assim sendo, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas, porém traremos apenas as falas dos discentes. Analisaremos, aqui, apenas as entrevistas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente, objetivando garantir a compreensão do conteúdo. Após, utilizou-se como técnica de análise de dados, análise de discurso a partir da perspectiva foucaultiana. Dessa forma, foram usados fragmentos das falas de alunos e alunas, buscando, desse modo, produzir discussões a respeito das representações daqueles/as sobre a temática em tela.

Em relação às entrevistas, utilizamos como principal critério de inclusão, a manifestação em participar da pesquisa, independente, da familiaridade com a temática. Sobre a escolha das alunas e alunos, priorizamos os/as matriculados/as no ensino médio, que manifestassem interesse em participar das entrevistas e, além disso, que os pais aquiescessem

¹ O Comitê de Ética é órgão vinculado à Plataforma Brasil.

tal permissividade a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O roteiro das entrevistas foi criado a partir de três aspectos: as concepções sobre sexualidades dos/as participantes da pesquisa; o trabalho com as temáticas no interior da instituição; as experiências e situações cotidianas com as temáticas.

TERRENO FÉRTIL?

O CODAP/UFS², antigo Ginásio de Aplicação (G.A.), foi criado em 30 de junho de 1959, ou seja, há cinquenta e sete anos e pertencente à Faculdade de Filosofia de Sergipe, tendo como objetivo servir como campo de estágio da referida faculdade. Em 30 de dezembro de 1965, foi autorizada a implementação do 2º grau, com opções para os ensinos clássico e científico. A partir desse instante, o G.A. passou a ser denominado de Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Até então se tem um ensino pago, os pretensos alunos eram obrigados a frequentar um curso prévio, em seguida, submeterem-se a uma rigorosa seleção. Logo, o Colégio se caracterizou como uma Instituição que atendia, majoritariamente, às classes sociais economicamente privilegiadas, o que atribuiu um caráter elitista ao ensino, fato que se estendeu por muitos anos, uma vez que a forma de ingresso, através de exame de admissão, altamente seletivo, excluía grande parte dos candidatáveis, oriundos de escolas públicas e de camadas populares da sociedade. (BISPO, 2011, p. 46).

Entretanto, em 1968 foi criada a Universidade Federal de Sergipe, incorporando, desse modo, a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação à estrutura administrativa e pedagógica da UFS. Somente em 1981 o CODAP/UFS foi transferido para o Campus Universitário, passando, assim, a ser considerado órgão suplementar, ligado diretamente à Reitoria e, por conseguinte, assumiu as funções de ensino, pesquisa e extensão. Após essa mudança, o CODAP/UFS passou a manter relações diretas com o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da UFS, cuja proposição estava relacionada às pesquisas, experimentações e práticas pedagógicas, além de servir como veículo de difusão de tecnologias educacionais para as comunidades de 1º e 2º graus, ou seja, do ensino básico.

A partir de 1993 o CODAP/UFS passou a ser vinculado pedagogicamente à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), tendo como objetivo projetar maior envolvimento com

² Fonte: www.codap.ufs.br

os departamentos da UFS. Em 1994, passou a funcionar em sede própria e, somente em 2006, o Colégio começou a ter representantes no Conselho Superior (CONSU³) da UFS.

Atualmente, o CODAP/UFS é uma escola de ensino básico, regida pela Legislação Federal, pelo Estatuto da UFS e pelo Regimento Interno. Desse modo, o ensino fundamental é ofertado apenas para os 6º, 7º, 8º e 9º anos, bem como para o ensino médio. O Colégio também desenvolve projetos de extensão e projetos de pesquisa e o endereço atual do CODAP/UFS está situado à Av. Marechal Rondon, S/N, Bairro Rosa Elze, no município de São Cristóvão, estado de Sergipe, Brasil.

GÊNERO! QUÊ?

Fizemos um recorte da pesquisa de mestrado, sendo possível principiar o entendimento a respeito do que dizem alunas e alunos do CODAP/UFS sobre a temática Gênero. Então,

Mas eu não sei definir gênero. Porque tem gênero masculino e gênero feminino. Mas eu não sei, assim, se gênero fala sobre o que a pessoa nasceu ou se é o gênero que a pessoa se identifica. Porque tem, tipo, a pessoa que nasceu masculino e se identifica como mulher. Eu não sei se isso seria o gênero feminino... eu colocaria o gênero feminino. Eu acho que seria o gênero que a pessoa se identifica (Participante 10)⁴.

O enunciado acima sugere que a concepção de gênero não nega o “sexo” biológico, entretanto põe a salvo que essa temática está evidenciada por meio de processos de (des)construção dos indivíduos. Dessa forma, “relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens” (LOURO, 1997, p. 45), mas essa investida tinha como propósito “[...] naturalizar processos socioculturais” (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Tal construção social é marcada por determinadas culturas, representadas e valorizadas por meio das diferenças sexuais existentes entre mulheres e homens, desprezando, dessa forma, outras formas de viver gênero.

Todavia, é importante salientar que as questões de gênero dizem respeito aos mais diversos aspectos da vida humana, cujos problemas sociais demandam desigualdades, homofobia, sexismo etc., produzindo, assim, reflexos, sobremaneira, na escola. Das

³ CONSU é o Conselho Geral da UFS. Responsável por deliberar sobre diversos temas que envolvem a Universidade.

⁴ O/A Participante 10 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

discriminações e dos preconceitos a escola participa por meio da ação e também da omissão, tratando de forma desigual alunas e alunos. Gênero, então, torna-se evidente:

Eu considero gênero só a divisão de sexo que a pessoa se considera, tanto homem como mulher. É independente do que ela nasceu, tem (...) a gente pode dizer, tem o gênero natural que a pessoa nasceu, mas eu considero o gênero aquilo que a pessoa se considera em termos de... é... não vou falar em termos de sexo, porque não é como se fosse isso, é como se fosse... como eu posso... classificar? É como se fosse... como ela se considera homem ou mulher, entendeu? O desejo dela como pessoa e não como ela nasceu. A gente pode dizer também como ela nasceu, mas... É como ela falou: o gênero é só a divisão da pessoa, seu gênero, como você se considera. É como fosse a divisão entre homem e mulher, gênero feminino, gênero masculino, só que partindo do princípio de que a gente não precisa tá tratando isso como já nasceu assim. Eu considero gênero como algo que você escolhe ter, sabe? (Participante 11)⁵.

Quando Le Breton (2014, p. 19) trouxe à tona a ideia de que “as noções de “homem” e “mulher” não são essências”, tornou-se inteligível que o comportamento do indivíduo não é um estado paralelo à consciência, mas, sim, resultado do que fora construído desde a tenra infância por meio de modelos coercitivos, indicando papéis de dominação masculina e subordinação feminina. Dessa forma, homens e mulheres, através da repetição de comportamentos sociais, são produtos das normatizações “fabricadas” pelos discursos científicos, políticos, religiosos, tradicionais etc. Assim, “como o gênero não está aprisionado ao sexo [...]” (LE BRETON, 2014, p. 19), o enunciado cuja “ideia de gênero vai tá na sua cabeça, não mais no seu órgão” (Participante 11) qualifica o argumento de que a fluidez da identidade de gênero é destino, não mais o sentido material do “sexo” a partir da polaridade feminino/masculino. Gênero, então, passa a ser compreendido como algo que é construído socialmente, mesmo que o órgão sexual feminino esteja situado no corpo percebido como masculino, vice-versa. Reafirmando isso,

Eu acredito que gênero é um conjunto de sistema, é produto ou moral que a pessoa nasce. Não tem a ver com o desejo dela por, pelo parceiro afetivo e, sim, pelo que ela nasce, como ela é. A pessoa pode ser do gênero masculino e gostar de homens. (Participante 12)⁶.

É o que eu tô querendo falar. É como se fosse em relação ao corpo e não sobre o desejo. (Participante 11).

⁵ O/A Participante 11 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

⁶ O/A Participante 12 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

É! Ele nasceu menino, mas se deseja ser menina, não é que ele deseje outros meninos, mas ele deseja ser menina. Que, no caso, é o transgênero, transexual. (Participante 10).

Aí, ele começa a mudar o gênero. O gênero pode ser escolhido, assim, na minha opinião. (Participante 12).

Nessa perspectiva, buscamos compreender melhor as relações entre gênero e corpo, descritas pelas entrevistadas e pelos entrevistados. Confrontando o discurso biológico, as enunciações sobre esses temas demonstraram a possibilidade de um sujeito construído e desconstruído, conforme a percepção de cada indivíduo.

Eu concordo! É isso que eu tava falando no início. Eu acho que gênero, a gente parte da transformação do corpo e aí se você nasce homem e se considera homem, você é do gênero masculino. Mas se você passa a perceber que não é aquilo que você quer, não aceita aquilo que não é isso em você, que você nasceu só com o órgão, ali, errado. Aí você passa por uma transformação e aí é do gênero que você deseja, que você optou. Até porque o que a gente diz: a é homem ou mulher, o órgão que tá ali, o órgão reprodutor, o que tá reproduzindo. Se você tira aquilo ali, o que te define como homem e mulher? Sabe? Se você tira aquilo que, teoricamente, tá definindo o homem e a mulher, se você tira aquilo, se você muda aquilo, o que vai ser, agora, homem ou mulher tá na sua cabeça. A ideia de gênero vai tá na sua cabeça, não mais no seu órgão. O corpo é um reflexo daquilo que você quer ser, certo? Sabe? Se você quer ser mulher, se você tem um corpo de mulher, você é mulher. Mas aí você tem um, um, você é homem, quer ser homem, tá, você é homem. Mas se você é mulher e quer ser homem, então um homem que quer ser uma mulher, então, quer fazer essa troca de sexo, essa troca de gênero, agora não vai ser mais o corpo da pessoa que vai definir isso, vai ser o que, realmente, quer ser. Ela vai passar por essa mudança pra se transformar naquilo que é o gênero que ela deseja ter. (Participante 11).

Contestando o discurso biológico que evidencia o “sexo” do indivíduo como algo dado pela natureza e afirmando a ideia do gênero construído socialmente, enuncia-se:

Concordo! Concordo com isso! Até porque o gênero pode ser mudado também, e quem vai dizer qual o gênero da pessoa é ela, pelo que ela se considera e não pelo que as pessoas vão dizer o que ela é. Se ela nasceu como menino, ela vai ser menino, mas a pessoa pode mudar isso através do tempo, entendeu? A ciência já provou isso. (Participante 12).

Desse modo, demonstra-se, aqui, um poder-saber, onde o discurso é “[...] o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Para os/as participantes, a ideia de que os indivíduos estão suscetíveis às mudanças ao longo da vida - ainda que nasçam com o

“sexo” biológico masculino, podem, nesse ínterim, passar a se compreender mulher - traz implicações ao “se tratar de um poder que é exercido sobre os corpos dos sujeitos [...]” (LOURO, 1997, p. 41). Isso sugere que pensar o corpo fora da esfera sociocultural é inconcebível, uma vez que o conjunto de enunciados que compõem o discurso biológico não se sustenta ao determinar o sujeito como “macho” ou “fêmea” a partir de uma fixação que produz distinção entre mulher e homem por meio dos órgãos sexuais. Afinal, essas diferenças biológicas são suficientes para promover as desigualdades sociais e, por conseguinte, atos e atitudes são postos dentro da naturalização, mascarando, assim, preconceitos e discriminações. Aqui, alguns/algumas participantes da pesquisa concebem a ideia de se desvencilhar do padrão fêmea-macho, imposto pelo discurso biológico.

Sobre as questões de gênero foi possível observar que alguns enunciados (re)produzem o discurso biológico, cujo objetivo é discriminar: aos homens é dada a autoridade, às mulheres a submissão. Os papéis sociais atribuídos à menina e ao menino são bem dissociados no ambiente escolar. Desse modo, quando questionadas/os sobre o porquê da necessidade do homem proteger a mulher, relatou-se que “desde sempre, o homem foi ensinado a ter espírito de liderança e quando não é submetido a essa liderança, ele se sente mais fragilizado, porque, hoje em dia, a mulher tá com muita força” (Participante 9)⁷.

Todo esse processo de construção do sujeito é feito de modo sorrateiro e debaixo de uma sutileza impressionante, funcionando como movimentos que passam despercebidos ao ponto de tornar os demais sujeitos despercebidos. Portanto, “a tarefa mais urgente talvez seja essa: desconfiar do que é tomado como “natural”” (LOURO, 1997, p. 63). Sugere-se, afinal, que o discurso biológico cria uma espécie de disputa social entre mulher/menina e homem/menino, além de mostrar que algumas ações que produzem hierarquias são naturalizadas no dia a dia escolar. Evidencia-se, aqui, que o “isso é normal” corrobora com a reprodução de comportamentos machistas, onde o menino/homem, supostamente, tem que estar à frente da menina/mulher.

Ao ser questionada/o sobre as relações existentes entre meninas e meninos, as situações foram descritas da seguinte forma: “tratar igual não trata, não. Os meninos impõem, sim!” (Participante 8)⁸. Ainda assim, os motivos aparentes são descritos: “porque a mulher é mais frágil, né. O homem tem essa cultura de proteger a mulher e de chegar em casa e a comida tá pronta. Homem trabalhar e mulher fica em casa” (Participante 8). É notório que diversas pesquisas evidenciem que a escola produz mecanismos capazes de reproduzir e

⁷ O/A Participante 9 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

⁸ O/A Participante 8 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

estabelecer as diferenças entre meninas e meninos, perpetuando, assim, as discriminações entre os sexos.

A pesquisa de Finco (2003) dá pistas a respeito dessas questões, apresentando a hipótese de que esses movimentos ocorrem e são ensinados a partir da educação infantil. Os marcadores sociais estão presentes desde a pré-escola e, dessa forma, meninas e meninos são ensinados a ocupar lugares distintos na escola, aprendem que determinadas brincadeiras são feitas para meninos, não para meninas; que certos brinquedos foram criados para meninas e não para meninos. Na escola, o corpo feminino não é construído da mesma forma que se constrói o masculino, pois, por exemplo, quando a menina senta com as pernas abertas, logo é recomendado a se portar como uma “mocinha”, fechando as pernas. Dessa forma, em alguns momentos o discurso pedagógico assume a ideia de controle, normatizando, portanto, comportamentos.

Quando questionados/as sobre as diferenças existentes entre meninas e meninos na escola, evidenciou-se que: “na verdade, quem tenta ser superior, na maioria das vezes, são as meninas, porque, tipo, os garotos já tão normal, normalizado [...]” (Participante 9). Sugere-se, aqui, a existência de uma superioridade masculina, além de uma tentativa feminina em suplantar tal superioridade masculina, ou seja, as meninas precisam se esforçar bastante, tanto para equacionar quanto exceder o *status* dos meninos. Há, dessa forma, duas possibilidades a serem alcançadas pelas meninas: a primeira está relacionada à ideia de um esforço que busca o equilíbrio; a outra sugere que, por ser menina, é necessário se tornar superior ao menino, exigindo, portanto, maior esforço e determinação. Desse modo, “a sociedade investe muito na naturalização deste processo” (SAFFIOTI, 1987, p. 9) e, como consequência, a escola reproduz as normatizações sociais. Entretanto, nem meninas nem meninos devem ser construídos na perspectiva de um ambiente social repleto de hostilidade. Também, a suposta superioridade, virilidade e agressividade masculinas em detrimento das supostas inferioridade, debilidade e docilidade feminina precisam ser questionadas na escola.

O conceito de superioridade também está relacionado ao discurso econômico e biológico, a partir da ideia, socialmente naturalizada, de que os homens têm que ter maiores salários que os das mulheres, reverberando, assim, na escola. Opera-se, portanto, com o argumento de conforto, proteção, necessidade e dignidade. Dessa forma, afirma-se que “o homem tem essa, esse querer de mostrar um valor. Ele precisa dar o valor, porque ele é homem” (Participante 9). O homem, então, passa a ser visto como o sujeito responsável pelo conforto e proteção da mulher, bem como associado à ideia de que para ser homem, “macho”, é necessário ter e possuir o poder econômico superior ao da mulher, a “fêmea”. Ainda, ele, o

homem, passa a relacionar sua dignidade ao valor econômico. Diz-se: “eu não sei, eu não sei se, na verdade, a mulher se sente confortável se o homem tendo mais, de ao contrário” (Participante 9), ou seja, supõe-se, aqui, que a mulher não se sentiria confortável se ela tivesse o poder econômico superior ao do homem. O enunciado indica que, além de se ver na obrigação de possuir o poder econômico superior ao da mulher, o homem também carrega consigo a ideia de que a mulher não se sentiria confortável em ter esse poder superior ao do homem. Todavia, essas duas concepções foram construídas ao longo do tempo e a partir do discurso patriarcal, ou seja, o homem fora edificado como aquele que provê o lar, o responsável pelas finanças da casa, o mantenedor.

Como instituto educador, a escola faz “circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo corpo social” (FOUCAULT, 2015, p. 45). Para o autor, a manutenção do poder não está relacionada somente à força da negação, da repressão, mas coaduna-se ao fato de que aquele produz prazer e reforça a ideia de saber. Nesse construto, foi possível observar que alguns enunciados, relacionados às questões de gênero, foram construídos descrevendo as diferenças existentes entre meninas e meninos, por meio do discurso de poder. Informava-se que “o homem sempre foi, digamos, mais opressor, porque sempre foi o cara que foi às guerras, foi caçar. A mulher ficava mais em casa, cuidando dos filhos e preparando comida” (Participante 12). Dessa forma, esse “poder do macho” está relacionado, ainda hoje, à força física masculina, ou seja, o homem, apoiado no discurso biológico, compreende-se superior à mulher a partir da referência física. Então, esse poder quando é questionado gera tanto aquilo que o pesquisador chamou de violência simbólica, ou seja, trata-se de uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 12), quanto à violência física capaz de, inclusive, culpabilizar o próprio sofrimento feminino. Entretanto, “rigorosamente, portanto, a menor força física da mulher em relação ao homem não deveria ser motivo de discriminação” (SAFFIOTI, 1987, p. 12), porém, ainda hoje, a escola, em tese, continua construindo o aluno/menino “forte” e a aluna/menina “dócil”. Desse modo, os meninos continuam catapultando a ideia de que precisam proteger as meninas e estas perpetuam a ideia de que precisam ser protegidas por aqueles. Contudo, nesses processos construtivos é importante destacar que as subversões estão presentes no ambiente escolar, ou seja, algumas meninas não aceitam nem se conformam à ideia de fragilidade, bem como existem meninos que não se apropriam da ideia de superioridade física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe seja considerado referência de ensino, não foi possível identificá-lo como uma escola que trabalha a temática Gênero de forma ampla. Ao contrário. Gênero é abordado em sala de aula, porém de maneira esporádica. O Colégio não está envolvido sistematicamente nos debates relacionados a Gênero. O tema sequer circula nas reuniões do Conselho Geral do Colégio (CONGE).

Na última gestão do Colégio houve uma tentativa de iniciar as discussões a respeito do tema em tela, porém, um ou dois eventos ocorreram, sem, com isso, criar uma agenda de debates, envolvendo discentes, docentes, técnicos, pais e responsáveis, bem como a comunidade em geral.

Nas reuniões pedagógicas as questões de Gênero estão esvaziadas e quando vêm à tona são lançadas às disciplinas Ciências e Biologia, como se as demais disciplinas não fossem capazes de debater sobre Gênero. A falta de conhecimento sobre o tema tem provocado reações adversas?

O Projeto Político Pedagógico do Colégio data de 1995 e sequer faz referência ao tema Gênero. Sugestionamos, portanto, que o CODAP/UFS - a partir da inscrição de Colégio aberto às novas práticas pedagógicas - possibilite inovar, trazendo à tona modernos debates sobre Gênero. Dessa forma, será possível problematizar essa temática sob diversas perspectivas, visando à ampliação conceitual para melhor aplicabilidade no dia a dia da Escola.

REFERÊNCIAS

BISPO, Marlucy Mary Gama. *Uma análise da produção textual escrita de alunos do sexto ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

CARDOSO, Lívia de Rezende. *Homo Experimentalis [manuscrito]: dispositivo da experimentação e tecnologias de subjetivação no currículo de aulas experimentais de ciências*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, março/2002.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil.** *Revista Pro-Posições*, v. 14, n. 3 (42) – set./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** 2ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015.

LE BRETON, David. **Corpo, Gênero, Identidade.** In: FERRARI, Anderson. *et al.* **Corpo, Gênero e Sexualidade.** Lavras: UFLA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva Pós-Estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação.** Belo Horizonte, Mazza Edições, 2012.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de. **Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação.** In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 279-303.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.